

Ata N.º	21/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

**PRIMEIRA REUNIÃO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL
ELEITA PARA O QUADRIÊNIO DE 2017/2021**

ATA N.º 21/2017, DE 20 DE OUTUBRO

----- Aos **vinete** dias do mês de **outubro** do ano de **dois mil e dezassete**, no Salão Nobre dos Paços do Município de Vila Nova de Paiva, em conformidade com o preceituado no art.º 61.º da designada Lei das Autarquias Locais (LAL) aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, 75/2013, de 12 de Setembro, e 7-A/2016, de 30 de março, reuniu a Câmara Municipal eleita para o quadriénio de 2017/2021 no ato eleitoral realizado no pretérito dia um de outubro de dois mil e dezassete, e cujos resultados definitivos foram apurados e proclamados no passado dia três de outubro de dois mil e dezassete, sendo realizado o ato de instalação, nos termos legais, no dia dezasseis de outubro de dois mil e dezassete, e composta por cinco membros, para agora efetuar a primeira reunião de funcionamento em cumprimento do citado dispositivo legal, sob a presidência do Sr. Dr. **José Morgado Ribeiro**, na qualidade de Presidente da Câmara, reeleito pela lista do Partido Socialista (PS) em terceiro mandato, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.ª **Delfina Maria Fonseca Gomes**, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, reeleita pela Lista do Partido Socialista (PS) em terceiro mandato, e Srs. **José Augusto Calçada Ferreira**, eleito pela lista do Partido Socialista (PS), e **Manuel Marques Custódio** e **Hugo Filipe Afonso Trindade**, eleitos pela lista da coligação Estamos Juntos – Coligação PPD/PSD.CDS-PP, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Técnico Superior em exercício Sr. Vítor Manuel Ferreira Marques. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se estar presente toda a Vereação e tendo os respetivos membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia o Sr. Presidente da Câmara referiu que a presente reunião do Executivo é uma reunião especial para a decisão de algumas questões formais essenciais, e agradeceu a presença de toda a Vereação, manifestando esperar toda a lealdade institucional para o normal funcionamento deste Órgão. -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio tomou também a palavra, começando por felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela sua reeleição. Referiu ainda o facto de ter

sido eleito em coligação, mas que está em sintonia com o seu parceiro de coligação, sem prejuízo de cada um expor as suas ideias, mas sempre com o propósito da defesa do Concelho, no que foi corroborado pelo Sr. Vereador Hugo Trindade. A propósito do ato de instalação da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal lamentou ainda o facto de não ter estado presente no evento a Rádio Escuro para a adequada cobertura jornalística já que se trata de uma rádio local apoiada pela Câmara Municipal. -----

----- O Sr. Presente rematou as intervenções, tendo manifestado que o Órgão tem de tentar que as coisas corram bem institucionalmente, em ambiente sereno, por forma a enaltecer o povo que elegeu esta Câmara Municipal. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Passou-se de seguida à análise da ordem do dia, oportunamente remetida à Vereação com a respetiva convocatória e conforme Edital afixado em dezassete de outubro de dois mil e dezassete no átrio dos Paços do Município: -----

----- **1. Escolha e designação de um Vereador a Tempo Inteiro e designação do Vice-Presidente da Câmara para o Quadriénio de 2017/2021 – Conhecimento do Despacho de 16 de outubro de 2017 do Sr. Presidente da Câmara.** -----

----- O Executivo tomou conhecimento do Despacho de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete do Sr. Presidente da Câmara, que ao abrigo da alínea d), do n.º 1, e n.º 3, do art.º 58.º, da Lei das Autarquias Locais (LAL) aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas, considerou ser necessária a existência de um Vereador em regime de tempo inteiro na Câmara Municipal, tendo ao abrigo do n.º 4 do art.º 58.º da mesma LAL, escolhido e designado para exercer as funções de Vereadora a Tempo Inteiro, em regime de exclusividade, para o mandato autárquico de 2017/2021, com efeitos a partir do dia 16 de outubro de 2017, a Vereadora reeleita pela Lista do Partido Socialista (PS) Sr.ª Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes. -----

----- Ao abrigo do n.º 3 do art.º 57.º da mencionada LAL, e ainda em conformidade com o referido Despacho, o Sr. Presidente da Câmara designou aquela Sr.ª Vereadora como Vice-Presidente da Câmara Municipal, cabendo-lhe substituir o Presidente nas suas férias, faltas e impedimentos, sem prejuízo das funções que oportunamente lhe serão delegadas e ou subdelegadas. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento do Despacho do Sr. Presidente. -----

----- **2. Existência de mais um Vereador a Tempo Inteiro na Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva para o mandato autárquico de 2017/2021 – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 17 de outubro de 2017.** -----

Ata N.º	21/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, sobre o assunto em epígrafe, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) Compete ao presidente da câmara municipal decidir sobre a existência de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo e fixar o seu número, até aos limites definidos no n.º 1 do artigo 58.º da Lei das Autarquias Locais (doravante LAL), aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, 75/2013, de 12 de Setembro, e 7-A/2016, de 30 de março.

b) Conforme alínea d) do n.º 1 do referido artigo 58.º da LAL, no caso de municípios com vinte mil ou menos eleitores aquele limite é de um vereador (a tempo inteiro ou meio tempo).

c) Atento aos normativos acima citados, e conforme meu Despacho de 16 de outubro de 2017, com efeitos desde a mesma data, optei pela existência de um vereador a tempo inteiro e, no uso da competência prevista no n.º 4 do artigo 58.º da LAL, escolhi e designei para exercer as funções de vereador a tempo inteiro a Sr.ª Vereadora Delfina Maria Fonseca Gomes, que também designei, ao abrigo do n.º 3 do art.º 57.º da mesma LAL, como Vice-Presidente da Câmara Municipal, cabendo-lhe substituir o Presidente da Câmara nas suas faltas, férias e impedimentos.

d) A diversidade hoje em dia da atividade municipal exige um grau de prontidão na tomada de decisão diferente da que era necessária há alguns décadas atrás. Também a participação do Município na Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões (CIMVDL), em particular no Conselho Intermunicipal, exige um acompanhamento regular e efetivo.

e) Tais circunstâncias exigem a participação na gestão deste Município de mais um vereador, no caso em regime de tempo inteiro.

f) Ora de acordo com o n.º 2 do art.º 58.º da LAL, compete à câmara municipal, sob proposta do respetivo presidente, fixar o número de vereadores em regime de tempo inteiro e meio tempo que exceda os limites previstos no n.º 1 do mesmo artigo, sendo que, de harmonia com o n.º 4 do mesmo artigo, cabe ao presidente da câmara escolher os vereadores a tempo inteiro e a meio tempo, fixar as suas funções e determinar o regime do respetivo exercício.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, ao abrigo do n.º 2 do art.º 58.º da Lei das Autarquias Locais aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, 75/2013, de 12 de Setembro, e 7-A/2016, de 30 de março,

fixar em um o número de vereadores para além do número fixado na alínea d) do n.º 1 do mesmo artigo, no caso em mais um vereador a tempo inteiro.”

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo deliberou por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Vereadores Manuel Custódio e Hugo Trindade, aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **3. Periodicidade das reuniões ordinárias da Câmara Municipal para o quadriénio de 2017/2021** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 17 de outubro de 2017. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, sobre o assunto em epígrafe, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

----- a) *De harmonia com o disposto no n.º 1 do art.º 40.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a câmara municipal tem uma reunião ordinária semanal, ou quinzenal, se o julgar conveniente, e reuniões extraordinárias sempre que necessário.*

----- b) *Estabelece o n.º 2 do mesmo artigo 40.º, que as reuniões ordinárias devem ter lugar em dia e hora certos, cuja marcação é objeto de deliberação na primeira reunião de funcionamento da câmara municipal eleita e instalada, determinando o n.º 3 ainda do mesmo artigo, que de tal deliberação deverá ser dada publicidade por edital, devendo constar em permanência no sítio da internet do município, considerando-se convocados todos os membros da câmara municipal.*

----- c) *Nos termos do n.º 2 do art.º 49.º do RJAL, os órgãos executivos das autarquias locais deverão realizar, pelo menos, uma reunião pública mensal, sendo fixado, nos termos do regimento – se existir – um período de intervenção e esclarecimento do público presente.*

----- Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

----- 1.º) *Que para o mandato autárquico de 2017/2021, as reuniões ordinárias deste Órgão Executivo, em conformidade com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 40.º, conjugado com o n.º 2 do art.º 49.º, ambos do RJAL, se realizem:*

----- a) *Nas primeiras e terceiras Sextas-Feiras de cada mês, pelas dez horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município; e*

b) Seja considerada pública a primeira reunião ordinária do mês.

2.º) *Que na referida reunião pública, de acordo com o preceituado na parte final do n.º 2 do art.º 49.º do RJAL, encerrados os respetivos trabalhos, a Câmara Municipal fixará um período de tempo para intervenção do público que então estiver*

Ata N.º	21/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

presente, para lhe serem prestados os esclarecimentos pretendidos, pela ordem de inscrição.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **4. Delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente –**
Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 18 de outubro de 2017. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, sobre o assunto em epígrafe, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) No passado dia 16 de outubro de 2017 foi instalada a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva eleita no pretérito dia 1 de outubro de 2017;

b) A Câmara Municipal, enquanto órgão executivo colegial do Município, dispõe de numerosas competências, previstas tanto no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, doravante RJAL, revogando expressamente várias disposições da designada Lei das Autarquias Locais (LAL) aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, como em diversos outros diplomas, sendo que o número e a extensão das matérias da competência da Câmara Municipal impossibilitam uma apreciação célere da totalidade das mesmas, em reunião deste Órgão;

c) A delegação de competências constitui um instrumento de simplificação destinado a conferir eficácia à gestão camarária, possibilitando reservar para a reunião do Órgão Executivo as medidas de fundo e os atos de gestão da Câmara Municipal com maior relevância para o Município e para os cidadãos que nele vivem e trabalham;

d) Prevê nomeadamente o n.º 1 do artigo 34.º do RJAL, que a Câmara Municipal pode delegar as suas competências no Presidente da Câmara, salvo as expressamente previstas neste número, com a faculdade deste as subdelegar em qualquer dos vereadores;

e) Como se enquadrou no considerando anterior, o RJAL e os artigos 44.º a 50.º do Código de Procedimento Administrativo (doravante CPA) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, preveem a possibilidade da delegação e da subdelegação de poderes, regulando-as;

f) Há toda a conveniência em condensar num único ato administrativo as diversas competências delegadas ao Presidente da Câmara de forma a permitir uma maior segurança jurídica e o mais fácil conhecimento das mesmas por parte dos

municípios no seu relacionamento com o Município e dos próprios Serviços Municipais.

Em consequência, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 34.º do RJAL, em conjugação com o previsto nos artigos 44.º a 47.º do CPA, aprovar a seguinte delegação de competências no seu Presidente em Anexo, para o mandato autárquico de 2017/2021, e autorizar a sua subdelegação nos Vereadores:

1. Competências previstas no regime jurídico das autarquias locais (RJAL)

Nos termos e limites do n.º 1 do artigo 34.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro, as competências atribuídas à Câmara Municipal nos termos a seguir indicados:

1.1. No âmbito das competências materiais previstas no n.º 1 do artigo 33.º

a) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;

b) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 270 vezes a remuneração mínima mensal garantida (RMMG);

c) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

d) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos no RJAL;

e) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;

f) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;

g) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;

Ata N.º	21/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

h) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;

i) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;

j) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;

k) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

l) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;

m) Alienar bens móveis;

n) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;

o) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

p) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

q) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;

r) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;

s) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

t) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;

u) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;

v) Designar os representantes do município nos conselhos locais;

x) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

z) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;

aa) Administrar o domínio público municipal;

bb) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;

cc) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;

dd) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;

ee) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;

ff) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;

gg) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;

hh) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;

ii) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.

1.2. No âmbito das competências de funcionamento previstas no artigo 39.º

a) Executar e velar pelo cumprimento das Deliberações da Assembleia Municipal.

2. No âmbito da direção do procedimento prevista no artigo 55.º do CPA

Exercer as competências necessárias para instruir os procedimentos e executar as deliberações da competência da Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 55.º do CPA.

3. Competências em matéria de contratação pública e em matéria fiscal

3.1. No âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP)

a) Delegar, ao abrigo do n.º 1 do artigo 109.º e com efeitos até 31 de dezembro de 2017, os poderes conferidos ao órgão competente para a decisão de contratar pelos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 61.º (manter a suspensão do prazo de apresentação de propostas, aceitar ou rejeitar os erros e omissões do caderno de encargos propostos pelos concorrentes, e identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites), ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Ratificação n.º 18-/2008, de 28 de Março, e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro, Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho.

b) A competência para autorização de despesas com a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao limite de € 149.639,37 (cento e quarenta

Ata N.º	21/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

e nove mil, seiscentos e trinta e nove euros e trinta e sete cêntimos), ao abrigo do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril.

3.2. No âmbito fiscal

a) Exercer as competências previstas nas alíneas b) a j) do n.º 1 do artigo 10.º do Código de Procedimento e do Processo Tributário (CPPT) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, na sua atual redação.

4. Competências em matéria urbanística e conexas:

Ficam delegadas as competências para conceder licenças ou autorizações e prestar informações, nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para a construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios e recintos, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, incluindo as previstas nas seguintes disposições legais:

4.1. Praticar os seguintes atos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 214-G/2015, de 2 de outubro, 97/2017, de 10 de agosto, e 79/2017, de 18 de agosto, bem como os atos correspondentes previstos nas anteriores redações do RJUE:

a) Decidir, ao abrigo do n.º 4 do artigo 5.º, pedidos de informação prévia nos termos e limites fixados nos artigos 14.º e 16.º;

b) Conceder, ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º, as licenças administrativas previstas no n.º 2 do artigo 4.º, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 23.º, incluindo a aprovação dos respetivos projetos de arquitetura, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, bem como os projetos de loteamento, de obras de urbanização e trabalhos de remodelação de terrenos, nos termos previstos no artigo 21.º;

c) Certificar a verificação dos requisitos do destaque, para efeitos do Registo Predial, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 6.º;

d) A emissão de parecer prévio não vinculativo e o pronunciamento a que se referem, respetivamente, os n.ºs 2 e 4 do artigo 7.º;

e) Emitir a certidão ou promover as consultas a que se refere o n.º 12 do artigo 13.º;

f) Certificar a promoção das consultas a entidades externas, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º-B;

g) Decidir sobre o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º;

h) Apreciar os projetos de loteamento, obras de urbanização e trabalhos de remodelação de terrenos, nos termos do artigo 21.º;

i) Decidir sobre o pedido de licenciamento, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 23.º;

j) Decidir sobre a indispensabilidade ou não da prestação de caução, bem como a execução ou manutenção das obras de urbanização, nos termos do n.º 4 do artigo 25.º;

k) Promover a atualização de documentos nos procedimentos de alteração à licença nos termos do n.º 6, e aprovação das alterações à licença de loteamento nos termos do n.º 8, ambos do artigo 27.º;

l) Promover e decidir em sede de fiscalização sucessiva nos termos e efeitos previstos no n.º 8 do artigo 35.º;

m) Definir as parcelas afetas aos domínios público e privado do município, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 44.º;

n) Alterar operações de loteamento e emitir novo alvará, nos termos e demais condições previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 48.º;

o) Certificar a receção provisória das obras de urbanização, ou a suficiência da caução para a sua boa execução, ou, ainda, da conclusão das referidas obras em conformidade com os projetos aprovados, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º;

p) Alterar as condições da licença ou da comunicação prévia de obras de urbanização, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 53.º;

q) Reforçar e reduzir o montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º, bem como proceder à sua correção nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;

r) Fixar as condições e o prazo de execução de obras, nos termos dos artigos 57.º e 58.º;

s) Fixar prazo, por motivo de interesse público devidamente fundamentado, para a execução faseada da obra, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 59.º;

t) Designar a comissão de vistoria e proceder à notificação da data da realização da vistoria, nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 65.º;

u) Proceder à certificação para efeitos de constituição de propriedade horizontal prevista no n.º 3 do artigo 66.º;

v) Declarar as caducidades previstas no artigo 71.º, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo;

Ata N.º	21/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

- x) Revogar a licença ou a admissão de comunicação prévia de operações urbanísticas, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 73.º;*
- z) Emitir declaração relativa à inexigibilidade da caução, nos termos do n.º 2 do artigo 74.º;*
- aa) Publicitar a emissão do alvará de licença de loteamento, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º;*
- bb) Proceder à apreensão de alvarás cassados, nos termos do n.º 4 do artigo 79.º;*
- cc) Promover a execução de obras, acionar as cauções e proceder ao levantamento do embargo, nos termos previstos, respetivamente, nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 84.º;*
- dd) Fixar prazo para a prestação de caução destinada a garantir a limpeza e reparação de danos causados em infraestruturas públicas, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 86.º;*
- ee) Praticar os atos previstos no artigo 87.º, relativos à receção de obras de urbanização;*
- ff) Determinar a execução de obras de conservação, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 89.º e artigo 90.º;*
- gg) Ordenar a demolição total ou parcial de construções, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 89.º;*
- hh) Nomear técnicos para efeitos de vistoria prévia, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 90.º;*
- ii) Tomar posse administrativa de imóveis para efeitos de obras coercivas, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 91.º;*
- jj) Ordenar o despejo administrativo de prédios ou de parte de prédios, nos termos e condições previstos no n.º 1 do artigo 92.º e nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 109.º;*
- kk) Contratar com empresas privadas para efeitos de fiscalização, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 94.º;*
- ll) Determinar a execução de obras ou a demolição de construções, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 102.º;*
- mm) Promover a legalização de operações urbanísticas, nos termos e condições previstas nos n.ºs 1, 3, 6 e 8 do artigo 102.º-A;*
- nn) Promover a realização de trabalhos de correção ou de alteração por conta do titular da licença ou do apresentante da comunicação prévia, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 105.º;*

oo) Aceitar, para extinção da dívida, dação em cumprimento ou em função do cumprimento nos termos da lei, nos termos do n.º 2 do artigo 108.º;

pp) Prestar informações nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 110.º;

qq) Fixar o período semanal para que os serviços municipais competentes estejam especificadamente à disposição dos cidadãos para apresentação de eventuais pedidos de esclarecimento ou de informação ou reclamações, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 110.º;

rr) Autorizar o pagamento fracionado de taxas, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 117.º;

ss) Designar o representante da Câmara Municipal para a comissão arbitral a que se refere o n.º 2 do art.º 118.º;

tt) Manter atualizada a relação de instrumentos jurídicos previstos no artigo 119.º;

uu) Prestar informações sobre processos relativos a operações urbanísticas, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 120.º;

vv) Enviar mensalmente os elementos estatísticos para o Instituto Nacional de Estatística (INE), nos termos previstos no artigo 126.º.

4.2. Ordenar a execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38.382, de 7 de Agosto de 1951, na sua redação atual.

4.3. Quanto à reconversão urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), exercer as competências previstas no n.º 4 do artigo 1.º, nos n.ºs 2 e 7 do artigo 3.º, na alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º-A, no n.º 3 do artigo 8.º, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º, na alínea m), do n.º 1, do artigo 15.º, no n.º 1 do artigo 17.º, no n.º 3 do artigo 17.º-A, no n.º 3 do artigo 18.º, no artigo 19.º, no n.º 1 do artigo 20.º, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 22.º, nos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 24.º, no artigo 25.º, no artigo 28.º, no n.º 1 do artigo 29.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 31.º, nos n.ºs 3 e 5 do artigo 32.º, no n.º 1 do artigo 34.º, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º, no artigo 50.º, no n.º 1 do artigo 51.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 54.º, no artigo 56.º-A, e no n.º 2 do artigo 57.º, da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na versão alterada e republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho.

4.4. No âmbito do Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos, exercer as seguintes competências previstas nos n.ºs 5 e 5 do artigo 3.º, no n.º 2 do artigo 22.º, no n.º 5 do artigo 23.º, no n.º 1 do artigo

Ata N.º	21/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

25.º-A, no n.º 1 do artigo 25.º-C, no n.º 6 do artigo 26.º, no artigo 27.º, no n.º 2 do artigo 30.º, no n.º 2 do artigo 33.º, no n.º 3 do artigo 36.º, no n.º 3 do artigo 38.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 39.º, no n.º 2 do artigo 68.º, na alínea b), do n.º 1, e n.º 2, do artigo 70.º, do Decreto-Lei n.º 39/2008, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de junho.

4.5. No que respeita ao Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), as competências previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º, nos n.ºs 2, 3 e 6 do artigo 8.º, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º, nos n.ºs 1 e 3 do artigo 11.º, nos artigos 41.º e 44.º, no n.º 3 do artigo 75.º, no n.º 2 do artigo 81.º, e n.º 1 do artigo 146.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, alterado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e Decreto-Lei n.º 102/2007, de 23 de agosto.

4.6. Os poderes conferidos à câmara municipal no n.º 2 do artigo 49.º, na alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º, e alínea b), do n.º 1, do artigo 71.º, e do n.º 2 do artigo 77.º, no âmbito do Sistema da Indústria Responsável (SIR) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio.

4.7. Em relação ao Regime Jurídico da Reabilitação Urbana em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), as competências previstas nos n.ºs 3 e 5 do artigo 13.º, no n.º 2 do artigo 17.º, no n.º 2 do artigo 49.º e no n.º 9 do artigo 79.º, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na versão alterada e republicada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e alterado pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, e Decretos-Leis n.ºs 136/2014, de 9 de setembro, e 88/2017, de 27 de julho.

4.8. Exercer a atividade fiscalizadora atribuída por lei aos municípios em matéria de segurança contra risco de incêndio, nos termos da alínea b), do n.º 1, e n.º 2, do artigo 24.º do Regime Jurídico da Segurança contra Incêndios em Edifícios (SCIE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro, na versão alterada e republicada pelo decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro.

4.9. Relativamente ao Regime Jurídico da Instalação e o Funcionamento de Recintos de Espetáculos, as competências previstas nas alíneas a) e b), do n.º 2, do artigo 11.º, e n.º 1 do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de Setembro, e alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 48/2011, de 1 de Abril, 204/2012, de 29 de Agosto, e 23/2014, de 14 de fevereiro.

4.10. Declarar prédio ou fração autónoma devolutos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de Agosto.

5. Relativamente a matérias não compreendidas nos números anteriores

5.1. Em matéria de prevenção e controlo de poluição sonora, exercer as seguintes competências cometidas à câmara municipal pelo Regulamento Geral do Ruído (RGR) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de Março, e alterado pelos Decretos-Leis n.º 278/2007, de 1 de Agosto, e 80/2015, de 14 de maio:

a) Promover a elaboração de mapas de ruído a que se refere o art.º 7.º para efeitos do art.º 6.º;

b) Promover a elaboração dos planos municipais de redução do ruído a que se refere o art.º 8.º, desenvolvendo as atividades necessárias para dar cumprimento ao artigo 9.º;

c) Promover a elaboração do relatório sobre o ambiente acústico municipal nos termos e efeitos previstos no art.º 10.º;

d) Emitir a licença especial de ruído nos termos e para os efeitos previstos no art.º 15.º;

e) Fiscalizar o cumprimento das normas do Regulamento Geral do Ruído (RGR), decidir medidas para evitar a produção de danos para a saúde humana e para o bem-estar das populações, nos termos dos artigos 26.º e 27.º, bem como processar as contraordenações e aplicar coimas e sanções acessórias, nos termos dos artigos 29.º e 30.º.

5.2. Exercer as competências fiscalizadoras em matéria de postos de abastecimento e armazenamento de combustíveis, bem como dos demais estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de Outubro, e alterado pela Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro, nos termos do artigo 25.º, com exceção da competência relativa à decisão das reclamações prevista no artigo 33.º.

5.3. Quanto ao Regime Jurídico do Acesso à Atividade e ao Mercado dos Transportes em Táxi, as competências para emitir licenças de táxi na sequência de concurso público nos termos da regulamentação municipal em vigor, emitir licenças por substituição de viaturas e ou por transferência de propriedade e respetivos averbamentos, determinar vistorias e registos, e exercer as competências previstas nos artigos 12.º, 13.º, 14.º, n.º 2 do artigo 27.º e 30.º, todos do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de Agosto, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 41/2003, de 11 de Março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 4/2004, de 6 de Janeiro, e pelas Leis n.ºs 5/2013, de 22 de Janeiro, e 35/2016, de 21 de novembro.

5.4. Relativamente ao Regime Jurídico de Acesso, Exercício e Fiscalização de Várias Atividades de Controlo Municipal previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18

Ata N.º	21/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

de Dezembro, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de Agosto, e alterado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Decreto-Lei n.º 51/2015, de 13 de abril, e Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto, exercer as seguintes competências:

a) Decidir os pedidos de realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática de campismo e caravanismo, nos termos do artigo 18.º;

b) Exercer as competências fiscalizadoras e sancionatórias previstas no artigo 27.º;

c) Decidir pedidos de licenciamento de arraiais, romarias, bailes, provas desportivas e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, nos termos do n.º 1 do artigo 29.º, incluindo os casos do artigo 33.º;

d) Licenciatar fogueiras por ocasiões específicas, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º;

e) Instaurar processos de contraordenação nos termos do n.º 1 do artigo 50.º, exercer as medidas de tutela de legalidade previstas no artigo 51.º, bem como exercer as competências fiscalizadoras, nos termos do n.º 1 do artigo 52.º.

5.5. Quanto às medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na versão alterada e republicada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto:

a) Assegurar as ações e atividades necessárias ao planeamento municipal, à defesa de pessoas e bens, à defesa dos espaços florestais do Município, à vigilância, deteção e combate a incêndios, nomeadamente as previstas nos artigos 15.º a 20.º e 31.º a 36.º;

b) Realização das ações previstas no artigo 21.º no caso de incumprimento de medidas preventivas;

c) Informar sobre as zonas críticas, nos termos do artigo 24.º;

d) Licenciatar a realização de queimadas fora do período crítico, nos termos e efeitos previstos no artigo 27.º;

e) Autorizar a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos nos espaços rurais, durante o período crítico, nos termos e efeitos previstos no artigo 29.º;

b) Proceder à fiscalização do cumprimento das normas de proteção da floresta contra incêndios por parte dos particulares e à instauração de processos de contraordenação, nos termos previstos nos artigos 37.º a 40.º.

5.6. As competências previstas nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 7.º, no n.º 6 do artigo 8.º, no n.º 4 do artigo 9.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 11.º, no n.º 5 do artigo 22.º, no n.º 1 do artigo 26.º e no ponto 2.2. do Anexo V do regime de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, após a sua entrada em serviço, bem como as condições de acesso às atividades de manutenção e de inspeção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, alterado pela Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **5. Ratificação ao abrigo do n.º 2 do art.º 3.º da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, de atos do Sr. Presidente da Câmara no uso de competência delegada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 1 de novembro de 2013, como segue:** -----

----- a) 13.ª Alteração ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor para o exercício de 2017, aprovada por Despacho de 13 de outubro de 2017;

----- b) Execução da Empreitada de “Requalificação da Escola EB1 e da Educação Pré-Escolar de Vila Nova de Paiva” (Processo n.º 303) – Procedimento de concurso público – Rejeição da Lista de Erros e Omissões da firma Habitâmega, Construções, S.A. por Despacho de 17 de outubro de 2017 exarado na Proposta do Júri do Procedimento da mesma data. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar os supra Despachos do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **6. Ratificação ao abrigo do n.º 2 do art.º 3.º da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, de atos da Sr.ª Vereadora a Tempo Inteiro Delfina Maria Fonseca Gomes, no uso de competência delegada e subdelegada pelo Sr. Presidente da Câmara por Despacho de 11 de novembro de 2013, na sequência da delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente na sua reunião ordinária de 1 de novembro de 2013, como segue:** -----

----- a) Processo de licença administrativa n.º 18/2014 – Requerente: Ana Suzete Santos Figueiredo, de Vila Nova de Paiva – Alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação unifamiliar sito ao Lugar do Formoso, na vila de Vila Nova de Paiva – Despacho de 3 de outubro de 2017 de aprovação do projeto de construção e autorização de licenciamento exarado na Informação n.º PL-233, de 26 de setembro de 2017, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU); -----

----- b) Processo de licença administrativa n.º 22/2008 – Requerente: Manuel da Costa Martins e Alberto Amaro Morgado, de Fráguas – Legalização de operação

Ata N.º	21/2017
Livro N.º	Folha N.º
38	

urbanística referente a um edifício de habitação bifamiliar sito na Rua Beco do Belo, da povoação de Fráguas – Despacho de 4 de outubro de 2017 exarado na Informação n.º PL-241, de 3 de outubro de 2017, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU); -----

----- c) Processo n.º 755/1978 – Requerente: Jorge Morais Meleiro, de Queiriga – Pedido de alteração à constituição de propriedade horizontal de prédio sito no Largo Eng. Engrácia Carrilho e Travessa António Fonseca e Sousa, na vila de Vila Nova de Paiva – Despacho de 6 de outubro de 2017 de autorização de alteração da propriedade horizontal exarado na Informação n.º PL-237, de 28 de setembro de 2017, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar os supra Despachos da Sr.^a Vereadora a Tempo Inteiro. -----

----- **7. Associação Sport Club Paivense, de Vila Nova de Paiva – Por requerimento registado em 10 de outubro de 2017, solicita a atribuição de um subsídio para as atividades desportivas das camadas jovens do clube para a época desportiva de 2017/2018.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de trinta e dois mil e quinhentos euros, que acrescem aos dez mil euros já anteriormente autorizados para a época desportiva em causa, a processar em oito prestações mensais iguais e sucessivas no montante de quatro mil e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos, com início no presente mês de Outubro. -----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio recomenda que a Direção da Associação providencie eventuais outros patrocinadores e também desencadear medidas no sentido de angariar mais sócios para o Clube, por forma a diminuir a dependência financeira em relação à Câmara Municipal. -----

----- **8. Alcina da Fonseca Lino, de Alhais,** em representação do seu sobrinho António da Fonseca Lopes – Por requerimento registado em 21 de julho de 2017, informa que cedeu gratuitamente terreno para o caminho da Orca em Alhais, e que posteriormente foram ocupados 105 m² a mais, pelo que solicita o pagamento da parcela ocupada a mais - Informação do Técnico Superior, Eng.º Jorge Brás, de 22 de setembro de 2017, exarada no requerimento da requerente. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar o pagamento de uma indemnização no montante de quinhentos euros. -----

----- **9. Ângela Rodrigues Amaro, de Vila Nova de Paiva** – Por requerimento registado em 10 de setembro de 2017, apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 20 de junho de

2017, de primeiro descendente, Martim Amaro Afonso – Informação N.º 95-USC-17, de 26 de setembro de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea a), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **10. Carina Almeida Lopes, de Lousadela, Queiriga-** Por requerimento registado em 14 de setembro de 2017 apresenta candidatura ao incentivo à natalidade e à adoção do Município de Vila Nova de Paiva, pelo nascimento em 11 de junho de 2017, de primeiro descendente, Mateus Lopes Costa – Informação N.º 96-USC-17, de 26 de setembro de 2017, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea a), do n.º 2, do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Com base no disposto no n.º 1 do art.º 49.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou conceder um período de tempo não superior a trinta minutos, para intervenção do público presente na reunião que deseje ser esclarecido sobre as matérias constantes da supra ordem de trabalhos, período esse que não foi utilizado dado não haver público presente na reunião. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e dez minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----
